

Opiniões

ESPECIAL

Eleições Presidenciais 2022



*Um país surgido da  
brutalidade, da violência e da  
rapina, do preconceito, do  
desrespeito ostensivo à pobreza,  
engendrada, ao ser humano,  
prolongamento da natureza em  
sua manifestação superior; o  
Brasil terá no próximo  
domingo, 30, pela primeira vez  
em sua história, a oportunidade  
de decidir de modo claro e  
definitivo o que quer para ele,  
paz ou sobressaltos, cuidados ou  
brutalidade. Basta observar a  
orientação do Profeta e saber  
olhar o passado. Na escolha  
simples e direta não há espaço  
para dúvidas ou hesitação; no  
contrário absoluto está a  
redenção.*

*Há que se ter olhos de ver.*

# ANEXO 2

---

---

## *Os grandes enigmas da história econômica do Brasil*

---

---

DO BLOG

**P**or que o Brasil caminha aos solavancos? Qual o real tamanho de sua Economia e em qual dos seus fundamentos deve ser buscado o ponto de partida para sua reciclagem, não para sua recuperação? Do modo como têm as coisas sido consideradas, tudo não passaria de investimentos. Uma análise mais detida do assunto, entretanto, sugere não ser esse o caminho para colocá-la de forma sustentada entre as grandes Economias mundiais.

Investimentos esparsos, sem um plano de desenvolvimento integrado, apenas nos levariam de volta aos velhos erros e instabilidades. E nem se fale em comprometimento da estrutura econômica por conta de má gestão anterior; nunca tivemos uma Economia verdadeiramente estruturada, sempre estivemos expostos a chuvas e trovoadas e sempre se disse, com propriedade, que basta a Economia internacional dar um espirro que a nossa contrai pneumonia. Tivemos uma fase de bons fundamentos, é verdade, uma construção, todavia, sobre areia; quando a maré vazante levou os capitais flutuantes que de várias maneiras os alimentavam para outros portos voltamos às incertezas de sempre.

O desinvestimento, por outro lado, desativou mecanismos do mercado interno acionados com bastante acerto e responsáveis pela manutenção, durante algum tempo, da atividade econômica em níveis razoáveis, quando outros elementos concorrentes já demonstravam falta de fôlego.

Não chegamos onde estamos por causa de distorções laborais; o problema, a questão, é bem mais profunda e arraigada, muita coisa precisa ser revista antes de quaisquer reformas impactantes uma vez que as mazelas e distorções que tais reformas pretensamente corrigiriam decorrem do modelo cultural, de amplo espectro. Não somos, definitivamente, um Estado capitalista, não fomos educados, treinados ou estruturados nesse sentido; soluções capitalistas, portanto, especialmente se aplicadas de afogadilho, mergulharão o país em incertezas e na frustração popular, que não pode ser combatida com força e autoritarismo, a solução, parece, preferida de parcelas das gentes. Soluções capitalistas não funcionam num país agrícola, exportador de matérias prima, commodities, deficientemente educado e real candidato a retornar às linhas de pobreza e níveis abaixo delas, característicos de sua história.

Como medir a Economia brasileira em dólares? Da noite para o dia pode instalar-se uma de nossas crises cíclicas, recorrentes, o dólar dispara, dobra sua cotação média e o PIB cai pela metade. Em termos, e não por acaso, não é isso, de certo modo, o que está ocorrendo? Medir o PIB em dólares é para Economias estáveis geridas por Quadros Nacionais maduros. No caso do Brasil atual, as idas e vindas, como as recentíssimas questões do currículo do ensino médio e das reformas trabalhista e previdenciária, deixam todos de cabelos em pé, não pelos adiamentos em si, mas pela administração pelo método da tentativa autossuficiente que coloca frente à Sociedade um grande ponto de interrogação quanto à segurança das medidas que vierem a ser tomadas, sem falar de manifestações produzidas em foros internacionais.

É preciso saber brincar; problemas surgem se só se sabe brincar quando se é dono do brinquedo e parte-se para tomar o brinquedo dos outros. O perigo está em que o novo dono do brinquedo pode cansar-se de brincar em conjunto, colocá-lo debaixo do braço e partir para brincar sozinho ou só com os seus amigos do peito.

Em Reais, o PIB nominal brasileiro evoluiu, base Dezembro, de 1,491 trilhão em 2002, para 1,720 trilhão em 2003 e 3,887 trilhões em 2010; alcançou 4,375 trilhões em 2011, chegando a 5,904 trilhões em 2015. O dólar médio/compra, base 16 de Dezembro, oscilou de 3,595 Reais em 2002 para 2,936 Reais em 2003; cravou 1,8560 Reais em 2011 e 3,921 Reais em 2015 (Fonte: Portal Brasil). As cotações de 2002 e 2015 não se equivaleram, mas estiveram em patamares algo próximos, com a diferença de que em Dezembro de 2015 o país já vivia uma crise política desestabilizadora em pleno desenvolvimento, enquanto em Dezembro de 2002 a alta cotação do dólar deveu-se à insegurança econômica interna, à falta de

perspectivas e à dependência do exterior quase absoluta da Economia. Em Maio de 2016 tínhamos as atividades agrícolas em pleno desenvolvimento e bem assistidas; em Julho, juros e inflação estavam em baixa, tendência já revelada em Maio. A dívida externa bruta de longo prazo alcançava 338,1 bilhões de USD, perfeitamente administrável, com reservas internacionais no conceito de liquidez alcançando 377,5 bilhões de USD, e as transações correntes apresentando um déficit de 4,1 bilhões de USD, acumulado nos doze meses anteriores em 27,9 bilhões de USD, ou 1,57 do PIB (Fonte: Banco Central). Em suma, tínhamos um quadro razoavelmente confortável, nada que justificasse extremos de comportamento. Os dez maiores PIB's do planeta formaram em 2015 o seguinte quadro em trilhões de USD: USA 17.947, China 10.983, Japão 4.123, Alemanha 3.358, Reino Unido 2.849, França 2.422, Índia 2.091, Itália 1.816, Brasil 1.773 e Canadá 1.552. Índia, Brasil e Rússia perdem muito da expressão no cálculo do PIB per capita. É a partir daí que a Economia brasileira tem de ser equacionada e daí a necessidade de revisão geral das estruturas e deficiências internas antes da adoção de medidas extremas e casuísticas. O problema crucial é de produtividade, logo, de substância, que o mero laborar nos erros históricos não resolverá.

Os questionamentos acima não surgem do ponto de vista do capitalismo, mas a partir de preceitos econômicos básicos e, essencialmente, do ponto de vista democrático. O capitalista não é necessariamente um democrata, é um capitalista, a quem não importa, absolutamente, paz, justiça social e o desenvolvimento sustentado dos países nos quais aplica os seus recursos; quer, apenas, oportunidades de negócios. Em boa medida, se for necessário, para obtê-las, aplicar métodos ainda que não inteiramente ortodoxos, ele o fará para remover eventuais entraves ao seu negócio de procurar negócios e otimizar os seus lucros, irrelevante 'o que' ou quem sejam esses entraves. Aqui, o foco é a pessoa física do capitalista, mas não se pode esquecer, por coerência, o Capitalismo de Estado. Só uma coisa os detém: A falta de segurança para suas aplicações.

Em se tratando de países, segurança não funciona conceitualmente, mas sob um conjunto de fatores concorrentes da estabilidade institucional e administrativa com as cores dos seus gráficos, na ausência da tradição um toque de civilização, quando nada pelos efeitos práticos em face da comunidade internacional e suas várias tendências. A segurança efetiva, na hipótese, começa pela Administração e pelas forças que a sustentam; palavras são apenas palavras, se valessem por si as convenções, tratados, acordos e contratos formais e escritos não seriam utilizados. O homem de negócios não é um tolo, ele sabe que não se chegam a essas coisas

sem paz, saúde, educação e justiça social, poderosas forças de impulsão da produtividade, eixo em torno do qual gira o progresso nacional a reboque do progresso pessoal. Não se constroem grandes países aumentando primeiro o bolo nacional para depois dividi-lo entre os cidadãos. Aumentar prioritariamente o bolo nacional é clara manifestação de que se pretende um Estado forte com suas pasárgadas, onde paz, saúde, educação e 'justiça social' só existem para o rei, para os amigos do rei e para as classes favorecidas que lhes dão sustentação, o homem do povo apenas existindo para ser manipulado e alargar a base da pirâmide, ambiente ideal de operação da indústria da pobreza que gera dividendos monumentais em sua mais cobiçada forma: Poder.

Você entende mesmo o porquê das classes abastadas e ricas, os milionários e os bilionários apoiarem sempre para o governo de países onde a pobreza é disseminada, a saúde é precária, a educação é deficiente e a fome uma presença permanente pretendentes de personalidade forte, um sofisma para autoritário, arbitrário, intolerante, centralizador e pouco afeito às regras constitucionais, legais e humanísticas?

Na semana passada — este trecho está sendo escrito na manhã de terça-feira, 15 de Novembro de 2022 — noticiou-se comparativamente índices de criminalidade abrangendo (1) negros, (2) mulatos e (3) brancos. De saída, lembra-se que mulato não é uma definição racial geralmente utilizada; o termo utilizado é “pardo”. Mulato é geralmente usado pejorativamente. E, a ‘pérola’ da notícia, os brancos estavam em terceiro lugar, na liderança do “certame” negros e mulatos, só isso. 27

Evidentemente, o trecho a seguir nada tem a ver com o final do parágrafo acima, mas só nos está faltando ver propagandas a nos dizerem “Democracia é Forma de Governo para Pobres, Mulatos e Negros”. Estamos despencando à uma velocidade assustadora. Estranho possa parecer para algumas pessoas, o preconceito e a discriminação fazem um mal terrível à Economia. Somos um país de 218 milhões de habitantes no qual mais da metade da população é negra, sem contar os “mulatos” e os pobres, estes, muitas vezes, também negros e mulatos. Tudo Isso é, realmente, algo muito estúpido; fala-se aqui de mais de 100 milhões de pessoas, tremendo potencial numa Economia que está desesperadamente necessitada de consumidores.

É sem dúvida inexato concluir que os esforços para estabelecer uma falsa analogia entre a Rússia Soviética e a Alemanha Nazista foi produto de uma distorção consciente por parte de líderes privados e governamentais Americanos. Muitos deles adotaram e usaram o argumento com toda a sinceridade. Simplesmente o

aceitaram sem meditar detidamente sobre ele e independentemente de uma avaliação crítica. Equivocados, entretanto, lógica e factualmente, tais homens não foram hipócritas. Mas é também verdade que muitas pessoas decentes partilharam a atitude do Senador Arthur K. Vandenberg; ele acreditava ser necessário “assustar com o inferno o povo Americano” como forma de obter sua aprovação e suporte efetivos para o tipo agressivo de política antissoviética que desejava. Tais homens exageraram conscientemente, de um lado, e hipersimplificaram, de outro, para alcançar seus objetivos. O Senador Taft parece ter oferecido um julgamento consistente sobre aquela conduta; ele discorreu, em fala no Congresso, sobre o Programa de Recuperação Europeia, que estava mais do que cansado de ter a ameaça Russa invocada como razão para fazer isso ou aquilo independentemente, ou não, de ser desejável ou necessário pelos seus próprios méritos. (William Appleman Williams, *The Tragedy Of American Diplomacy*, Edição do Quinquagésimo aniversário, W. W. Norton & Company, New York e Londres, pp. 239 ao final e 240 ao início, conclusão do parágrafo. Tradução e itálicos meus).

28 Não temos, essencialmente, uma crise econômica, embora não padeçamos de uma crise psicológica; o que temos são as consequências de uma crise política não espontânea que, antes de qualquer coisa, precisa ser corrigida para as outras funcionarem, especialmente a Economia. A declaração em foro internacional de inaptidão para desempenhar papéis em roteiros dirigidos pela Constituição vai além das fronteiras e mazelas do país, sendo previsível que a comunidade internacional se ponha em alerta e os olhos dos homens de negócios sejam ofuscados por intensa luz vermelha. A Constituição da República Federativa do Brasil regula nos seus Artigos 76 a 83 as funções do Presidente e do Vice-Presidente da República; o Artigo 84, em 27 Incisos e um parágrafo único, regula as atribuições do Presidente da República. As Vice-Presidências em todos os países democráticos são auxiliares e discretas, um sacrifício imposto pela própria natureza do cargo. Quem não é talhado para isso, para colocar-se nos estreitos limites da função, não deve compor a chapa presidencial em tal posição.

O Brasil, historicamente, convulsiona-se de crise em crise, prejudicando gravemente a continuidade do seu desenvolvimento, o desempenho regular de sua Economia, consequência da irresponsabilidade nacional de não definir sua identidade econômica, que continua ruralista com pronunciadas nuances bancárias. Historicamente, o país colocou sua Economia em mãos de terceiros, além do fato de, ou justamente por causa disso, os nossos homens de negócios jamais terem assumido sua responsabilidade por ela; apenas servem-se dela. Nossa Economia

vive de favores, e os favores são cobrados, aquele negócio de não haver almoço grátis. Terá caído no esquecimento a realista manifestação de que um país não tem amigos, tem interesses? Vivemos de pires na mão, como ocorreu há cerca de 10 dias, mendigando investimentos, que têm de ser espontâneos; os homens de negócios estrangeiros têm de desejar investir num país pela sua estabilidade, boas condições e higidez econômica, e isso começa com a segurança. E o que é, na hipótese, segurança? A Inglaterra voltou as costas para os seus vizinhos europeus; será que, com toda a solidez e tradição de suas instituições, forma de governo e Economia, conseguirá manter a posição isolacionista? Pelo Brasil foi significado que apenas seis países nada representavam no conjunto dos participantes do foro internacional, a somarem cerca de 200; a declaração decorreu de haverem seis países das Américas Central e do Sul abandonado o recinto da reunião em protesto pela atual conformação governamental brasileira. Além de arrogante, não será extremamente presunçoso o Brasil pretender virar as costas para a comunidade latino-americana, que é bem mais do que Peru e Argentina? Quando nada pelas razões práticas que afligem todas as nações, mesmo parcamente industrializadas, mercados, por exemplo. Tal atitude não é política exterior, é suicídio, e, como na questão do apenas cinco por cento, pura soberba e autoritarismo do gênero “carteirada”, que precisa urgentemente ser revisto desde suas origens. Ou está em pauta fazer do Brasil um mero exportador de commodities? Se a Administração não se dá conta, talvez devamos observar que o prestígio ou poder político de um país no concerto das nações altamente industrializadas decorre de uma estrutura industrial solidamente plantada. A visão predominante é a de que devemos permanecer coitadinhos? Considerando o momento atual do Brasil, podemos encampar as considerações de A tragédia da Diplomacia Americana, apenas substituindo o inferno, e mesmo Rússia Soviética e Alemanha Nazista, por bolivarianismo e comunismo.

Falemos de segurança destacando o ponto central da dicção do Senador Vandenberg, obter a aprovação e suporte efetivos da população para alcançar os objetivos traçados, sem deixar de lado, entretanto, o Senador Taft; cabe ao povo decidir, a partir da escolha de quem vai governá-lo e ocupar cadeiras congressuais em seu nome. Isso tem tudo a ver com segurança porque o desprezo, especialmente quando ostensivo, por essas regras, pode provocar reações de quem paga a conta. A inadaptação para funções constitucionalmente reguladas desborda da ordem e segurança jurídicas e desestabilizam, afetando a Economia; os homens de negócios sabem disso, não são ingênuos.



Até algumas semanas atrás, desde muitos meses, dizia-se insistentemente ser preciso ouvir a voz das ruas; na semana finda, à conta de manifestações populares de desaprovação, ouviu-se por ocasião da reunião do foro internacional não ser importante se apenas cinco por cento (da população?) concorda com as decisões da Administração, elas serão executadas até 2018. Pura soberbia.

Pura questão de segurança, impõe neutralizar a ação desses exemplares do que de pior produziu a política brasileira nos últimos quarenta, cinquenta anos, volta e meia em cena com resultados altamente prejudiciais aos interesses do Brasil e sua população.

